

AMIGOS DA ESCOLA: AÇÕES E REAÇÕES NO CENÁRIO EDUCACIONAL

Calderón, Adolfo Ignacio¹ – UMC / NCSA – calderon@umc.br

GT: Estado e Política Educacional / n.05

Agência Financiadora: FAPESP

Em 1999, a Rede Globo de Televisão lançava o Projeto Amigos da Escola - Todos pela Educação. De acordo com seus criadores era uma ação de incentivo para o desenvolvimento de ações de voluntariado individual e de parcerias com a escola. Por meio de propagandas televisivas, disseminavam a seguinte mensagem:

SEJA AMIGO DA ESCOLA

Se você é um aposentado,

você poderia se tornar um ótimo contador de histórias.

Se você é uma modelo,

você poderia se tornar uma ótima recreacionista.

Se você é um arquiteto,

você poderia se tornar um ótimo administrador.

Se você é um juiz,

você poderia se tornar um ótimo pintor.

Desde então, nove anos se passaram, e o projeto passou por uma reformulação, com alterações no discurso. Em novembro de 2005, a nova propaganda continuava convocando a população para participar como voluntária, esclarecendo que cabe à comunidade escolar, diretor e professores, avaliar o potencial de contribuição de cada voluntário.

O esclarecimento em questão marca uma ruptura com as propagandas até então veiculadas ao valorizar o profissional da educação, destacando o caráter complementar do voluntário por meio do depoimento de dois renomados educadores: Mário Sérgio Cortella e Celso Antunes.

Lançado como parte do Projeto Brasil 500 anos² e em parceria com a Comunidade Solidária³, o Projeto se destacou pela magnitude da campanha televisiva, incluindo

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, coordenador do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da UMC e avaliador de cursos do INEP/MEC. Este artigo apresenta resultados da pesquisa “Participação Popular: Estudo e monitoria de ações e iniciativas voltadas para o fortalecimento das parcerias escola-sociedade civil na região do Alto Tietê”, financiada pelo Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da Fapesp, executada no Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Mogi das Cruzes, pelos professores doutores Adolfo Ignacio Calderón (coordenador), Elza Maria Tavares Silva, Maria Angélica Batista e Neusa Haruka Sezaki Gritti. A pesquisa contou com apoio da FAEP-Fundação de Amparo ao Ensino e Pesquisa e da Diretoria de Ensino – Região Mogi das Cruzes, Secretaria de Educação, Governo do Estado de São Paulo.

também outros veículos de comunicação vinculados a essa emissora, como Portal Globo, jornais e revistas.

O Projeto proposto pela Rede Globo, surgiu em um momento caracterizado pela hegemonia, na opinião pública, de uma ideologia focada no chamado Terceiro Setor e em sua importância para o combate dos principais problemas sócio-ambientais do país. Nesse contexto, era difícil ouvir, na grande imprensa, vozes que se colocassem em uma perspectiva crítica em relação aos “amigos da escola”.

O referido Projeto foi lançado no auge das ações de estímulo ao voluntariado. Diferenciou-se, de outras campanhas, por conclamar ajuda a um serviço público estatal. Até então, os meios de comunicação estimulavam, de forma não estruturada, a ação voluntária em benefício de projetos voltados para as pessoas em situação de exclusão social ou em defesa do meio ambiente promovidos, principalmente, por ONGs.

Apesar da hegemonia da ideologia do voluntariado e do Terceiro Setor, a reação dos principais atores do cenário educacional comprometidos politicamente com a construção de uma escola pública e de qualidade para todos, não se fez intimidar.

Assim, estudantes universitários, sindicatos e associações de professores, professores universitários e pesquisadores condensaram suas vozes em uma mesma linha de enfrentamento, sustentando um posicionamento crítico, combativo e de denúncia.

Na raiz dessa crítica, estava a visão de que um projeto promovido pela maior rede de televisão do país, a mesma que, para os setores progressistas e de esquerda, é identificada com o conservadorismo, a ditadura militar, as elites econômicas dominantes, não seria neutro em suas implicações. Pelo contrário, poderia ser um projeto dentro de práticas veladas de manipulação da sociedade civil contra os interesses nacionais.

Este artigo aborda as ações e reações que surgiram no cenário educacional diante do Projeto Amigos da Escola, focando quatro grupos de opinião: a) estudantes universitários e secundaristas; b) sindicatos e associações de professores; c) mídia

². O Projeto Brasil 500 Anos, de 1998, nasceu com o duplo objetivo de comemorar os 500 anos do Descobrimento e de contribuir para a construção de um país melhor, por meio de ações voltadas para mostrar os talentos, as qualidades e a diversidade dos brasileiros, bem como mobilizar a sociedade para sua atuação na melhoria da educação. Ribeiro (2002)

³. O Conselho da Comunidade Solidária, presidido pela então primeira dama do país, Dra. Ruth Cardoso, tornou-se um espaço de diálogo entre o Governo e as organizações da sociedade civil na busca de formas inovadoras para enfrentar a pobreza e a exclusão social no Brasil. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>> (acessado em 01/02/05)

alternativa e o olhar crítico de cidadãos socialmente comprometidos e d) professores universitários e pesquisadores.

Este artigo é resultado de pesquisa qualitativa realizada em documentos, artigos e publicações impressas e eletrônicas, divulgadas de 1999 a início de 2007.

OS INIMIGOS DA EDUCAÇÃO

A contra-campanha “Amigo da escola, inimigo da Educação – Campanha pela Valorização dos Profissionais em Educação”, é a primeira reação contra o Projeto proposto pela Rede Globo que vamos analisar.

Vindo à luz em 2000 e encabeçada por estudantes universitários de pedagogia, essa contra-campanha revelou-se uma das principais reações àquele projeto e trouxe algumas questões de reflexão que merecem ser aqui retomadas.

De acordo com o Centro Acadêmico de Pedagogia da Unesp, Campus Rio Claro (CAPED, 2000), a contra-campanha teria como objetivo realizar um profícuo debate sobre voluntariado, participação popular, educação e valorização dos profissionais que atuam na educação.

A filosofia desse movimento pode ser observada em um truque de imagem em que o logo original do Projeto Amigos da Escola é alterado. Observe, na figura abaixo, que o rosto alegre da letra A do Amigo da Escola torna-se triste ao se tornar Inimigo da Educação.



Na opinião dos estudantes universitários, há o reconhecimento da importância da participação da comunidade e de voluntários na gestão escolar. No entanto, questionam a forma como essa adesão foi estimulada ou proposta pela Rede Globo. Para apoiar sua denúncia, os estudantes elencaram uma série de observações com o intuito de desmascarar os interesses ocultos presentes no Projeto. Assim, destacam:

- a) a desresponsabilização do Estado na medida em que, por meio da ação voluntária, se transfere à sociedade a responsabilidade pela manutenção das escolas;
- b) a desvalorização dos profissionais da educação, uma vez que qualquer cidadão poderia substituí-los;
- c) a criação de um ambiente propício para justificar a redução dos investimentos estatais, uma vez que existem pessoas com boa vontade para assumirem as obrigações do Estado;
- d) o incentivo à participação de voluntários em áreas que precisam de preparo e formação específica, tais como reforço escolar, Educação Física e Arte;
- e) as conseqüências negativas para a educação dos alunos na medida em que seriam “formados” por pessoas que não foram preparadas para esse fim.

“Projetos como o ‘Amigos da Escola’ vestem-se com roupa atraente, alardeando uma causa nobre, buscam na solidariedade das pessoas a força e o respaldo para fazer manobras que resultam numa sociedade cada vez mais injusta e desigual. No entanto, não é de favores ou de caridade que a Escola Pública precisa, mas sim de uma defesa vigorosa, bem estruturada e até intransigente do direito à Educação de qualidade para todos”.

José Ibiapino Ferreira (2000)

Membro da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo

Um segundo movimento estudantil de denúncia ao Projeto da Rede Globo foi condensado pelos grupos políticos de jovens militantes de esquerda. No entanto, essas vozes passaram totalmente despercebidas, com uma visibilidade ainda menor do que a dos estudantes universitários destacados anteriormente. Neste caso, estamos falando dos posicionamentos críticos dos grupos de esquerda que incluem os estudantes secundaristas.

Uma questão que chama a atenção ao lermos esse discurso não é a rebeldia, nem tampouco a energia da juventude questionadora e revitalizadora da defesa da escola pública, mas a constatação da existência de discursos políticos-ideológicos distantes do cenário político contemporâneo, muitos dos quais em processo de extinção após o colapso do comunismo.

A contra-campanha dos estudantes de pedagogia foi uma bandeira de luta que aos poucos foi sendo deixada de lado, abrindo espaço para novos motivos de luta política, condizentes com a agenda educacional do país.

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

O segundo posicionamento crítico que vamos analisar refere-se às ações dos sindicatos e associações de professores que atuam na área da Educação. Esses atores denunciavam a vinculação do Projeto Amigos da Escola a uma estratégia do governo Fernando Henrique Cardoso para criar condições favoráveis à implantação de políticas públicas de caráter neoliberal. Com caráter militante, apontavam as entrelinhas do discurso, convocando à defesa da escola pública gratuita e de qualidade. Vejamos algumas ações concretas nesses grupos.

Como resultado do VI Seminário Nacional da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) e da XIV Reunião Nacional do FORUMDIR (Fórum dos Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras) foi aprovada uma moção, encaminhada ao Ministério da Educação contra projetos como Amigos da Escola, denunciando que eles “favorecem a retirada ou a omissão do Estado no provimento das condições que garantam o pleno funcionamento das instituições públicas de ensino” (ANFOPE, 2001).

Da mesma forma, durante a XXIII Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, realizada de 7 a 9 de junho de 2001, em São José dos Pinhais (PR), 3.500 professores da rede pública, estadual e municipal do Paraná criticaram programas governamentais como o Amigos da Escola, na medida em que desvalorizam os profissionais da educação (INFORMANDES, 2001).

Por sua vez, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em documento divulgado em fevereiro de 2003, entregue ao Ministério da Educação e parlamentares, afirma que o governo Fernando Henrique Cardoso manteve uma política baseada na “redução das verbas para a educação” e, na tentativa de aproximar a comunidade da escola, o resultado foi a substituição de profissionais da educação por “amigos da escola”, isto é, voluntários.

Além das denúncias acima, podemos sintetizar quatro pontos centrais de crítica dos sindicatos e associações de professores, todos veiculados em sites da Internet.

a) O fim da escola pública

Alves (2005), da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, denunciou os objetivos do Governo Federal que pretende acabar com a escola pública por meio de medidas privatizantes. O Projeto Amigos da Escola seria uma “campanha ideológica”, “recheada de demagogia”, voltada a atrair os familiares para substituir o papel dos profissionais da Educação.

b) Um projeto de escola autoritário

Carvalho (2003), do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná, denunciou a implantação, por parte do Estado, de um modelo de “gestão democrática” de cunho autoritário, baseado na imposição e na manipulação. Trata-se de um modelo em que os pais, alunos e funcionários são meros executores nas ações educativas e não prioriza uma cultura de participação, baseada nas decisões coletivas e na convivência com as diferenças.

c) A substituição do professor pelo voluntário

O depoimento de Maria das Dores Pereira Mota, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, citado por PEREIRA (2001), retratou muito bem uma postura política generalizada dos sindicatos em relação à presença dos voluntários na escola, ao afirmar: “os voluntários são bem-vindos para ajudar na discussão da democracia, na exigência de verbas e de aumento do número de vagas. Mas quando vêm para ocupar a vaga de um profissional, nós somos contra”.

d) A confusão de projetos de sociedade.

Linhares (2003), filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe, aponta que o apelo de socorro à escola, feito pelo Projeto Amigos da Escola, deve ser visto de forma crítica e contextualizada uma vez que pode fazer parte de um outro projeto de sociedade, em que o ser humano é excluído de seus direitos, para favorecer interesses de uma elite que procura usufruir de todos os bens socialmente produzidos. Assim, palavras como “solidariedade”, “participação”, “democracia” e outras de igual conteúdo humanitário devem ser interpretadas, levando-se em conta suas implicações dentro de um contexto político que nem sempre se apresenta de modo transparente.

O que fica claro nesses posicionamentos é a existência de uma linha articulada de defesa em favor da escola pública. E é exatamente contra essa linha de defesa que o Projeto Amigos da Escola acabou se confrontando.

No entanto, diferentemente da reação do movimento estudantil, os sindicatos e associações de professores não criaram nenhuma campanha específica contra esse Projeto. Embora as reações tenham sido imediatas, as críticas ao Projeto Amigos da Escola passaram a engrossar a lista de denúncias contra as estratégias utilizadas pelo Estado para atingir a escola pública.

OS AMIGOS DA ONÇA

Uma terceira frente de reação ao Projeto Amigos da Escola é formada por cronistas, jornalistas, sociólogos, professores e cidadãos comuns. Eles produziram e veicularam, também pela Internet, importantes textos críticos e contra-hegemônicos. Da mesma forma que para os estudantes universitários e associações de professores, o Projeto Amigos da Escola é, aqui, também seriamente criticado e identificado como uma ação velada do governo federal.

O estilo de redação e o discurso político utilizados nesses textos apresentam um tom mais ameno, sem o caráter militante dos textos dos estudantes universitários ou dos sindicatos e associações na área da educação. Trata-se de uma linguagem mais coloquial, com comparações algumas vezes irônicas. Vistos em conjunto, o conteúdo dos referidos textos baseia-se na crítica a três idéias centrais, apresentadas a seguir:

a) O exercício da função docente por uma pessoa bem intencionada sem preparação específica para atuar em sala de aula.

O exemplo do voluntário da saúde, texto em destaque, é uma maneira criativa e lúdica de criticar o fato de qualquer voluntário ter as condições de substituir um professor. A tônica seria a seguinte: se o professor pode ser substituído, por que não procuram voluntários para substituir médicos nos hospitais ou substituir engenheiros para conduzir e autorizar as construções?

“Imaginemos. O senhor vai ao hospital para fazer uma rápida cirurgia de circuncisão e descobre que seu médico ficou doente e não poderá atendê-lo. Como fica? Ir embora? Voltar outro dia? Nada disso! Muito atenciosamente a moça do guichê comunica que o substituto do médico irá atendê-lo e realizar a cirurgia. É claro que o senhor, inteligente como é, ficará um tanto quanto desconfiado e tratará de interrogar o tal substituto com perguntas do tipo: qual o seu nome?, formou-se quando?, para que time torce?, e outras do gênero. No que o prestativo substituto responderá: ‘eu sou o Fulano de

Tal, na verdade não sou formado em medicina não, sou especialista em taxidermia e passo os dias empalhando passarinhos, tô aqui só como voluntário, sabe, no projeto voluntários da saúde, dando uma força'. É, pois então, certamente o senhor ficaria um tanto quanto preocupado com a resposta, não é? Já pensou se ao invés de circuncidar, o Dr. Fulano de Tal resolvesse empalhar o 'dito cujo'? Trágico não é? Agora, educação pode né!?"

Viegas Fernandes da Costa (2003). Cronista e professor de História em escolas de Blumenau

Essa crítica se fundamenta na mensagem transmitida pela televisão por meio da qual qualquer voluntário teria condições de contribuir para a melhoria da escola e principalmente lidar com a formação dos jovens. Questiona-se: será que paciência e boa vontade são suficientes para formar crianças e jovens? Qualquer cidadão está apto a atuar na escola da mesma forma como uma pessoa que estudou para isso?

b) Os cidadãos assumindo as funções do Estado, criando condições para a redução do investimento estatal na educação.

Costa (2003), retomando pensamento de outros professores, afirma que o Projeto Amigos da Escola, a mais nova “solução milagrosa” encontrada pelos “burocratas do MEC”, não passa de “engodo e sacanagem acima do povo”.

Bosnich (2003) caracteriza o Projeto Amigos da Escola como uma alternativa de lazer da classe média e como uma estratégia para a redução de empregos e de novas contratações por parte do Estado.

O foco da crítica é a omissão do Estado diante da excessiva quantidade de impostos que se paga ao governo. Para Teixeira (2001a), por exemplo, isso implica tratar o cidadão como um ignorante que aceita pagar e ter de trabalhar por aquilo que já havia pago para outros fazerem.

c) Os papéis, atribuições e formas de atuação conferidas pelo governo aos “amigos da escola”.

A principal reação dos escritores em espaços de mídia alternativa é precisamente contra o papel atribuído aos voluntários na campanha do Projeto Amigos da Escola.

Nos diversos textos analisados, o que observamos é a proposição de outras funções para os voluntários, diferentes daquelas de prestação de serviços que aparecem na propaganda da TV. Ao contrário, o que se sugere é que os “amigos da escola” atuem na

defesa e garantia dos direitos sociais, fiscalizando a atuação do poder público e pressionando politicamente por melhorias.

O que esses textos criticam é aquela imagem de voluntário que pinta a escola, prepara merenda, faz pequenos consertos, cuida das crianças, conduz o reforço escolar, realiza atividades esportivas, rege o coral e a banda.

Gonçalves (2003), por exemplo, declara que esses “amigos da escola” são, na verdade, amigos da onça porque são coniventes, sem querer, com a política do governo de não investir na valorização do professor e por não atuarem na reivindicação de mais recursos para a educação.

Por sua vez, a professora Cremilda Teixeira (2001b) divulgou pela internet alguns artigos afirmando que os “amigos da escola” não deveriam “trabalhar nas escolas públicas de graça”, “lavar banheiro e consertar janela”. Eles deveriam conferir e “fiscalizar se o dinheiro dos impostos está realmente sendo bem aplicado”.

Nesta mesma perspectiva, Walter Afonso Rossignoli (2003), em artigo, publicado no site da Revista Caros Amigos, denuncia que, na verdade, o que falta são verdadeiros amigos da escola. Na visão do autor, esses amigos deveriam, entre outras coisas, intervir para que não cortem recursos da escola pública e zelar para que os impostos sejam realmente aplicados na construção de uma educação de qualidade. Para esse autor, é necessária a existência de verdadeiros amigos da escola na classe política – governantes, administradores, senadores, deputados, vereadores e líderes políticos – responsáveis diretos pela tomada de decisões no país.

Em síntese, pode-se afirmar que o sentimento em comum registrado nos textos analisados evidencia que não é prestando serviços para preencher as lacunas deixadas pelo Estado que a realidade da escola vai mudar. A alternativa principal é a participação política nas tomadas de decisões no âmbito operacional da prestação direta do serviço e no âmbito da definição das macro-políticas educacionais.

UMA VOZ ACADÊMICO-MILITANTE

Um último grupo de crítica ao Projeto Amigos da Escola são os membros da academia, professores universitários e pesquisadores, expressa por meio da análise de ensaios, artigos e entrevistas que localizamos em sites eletrônicos, livros e revistas acadêmicas.

A coluna vertebral de todos eles é precisamente o fato de o Projeto Amigos da Escola se constituir numa ação governamental de caráter neoliberal, visando a criar condições para viabilizar a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, principalmente no que diz respeito à manutenção da infra-estrutura, cumprindo, dessa forma, orientações do Banco Mundial - “a agência que mais produz política educacional no mundo” (AZEVEDO, 2002).

As cinco dissertações de mestrado localizadas sobre o Projeto em foco, são unânimes ao compreendê-lo no contexto do avanço do neoliberalismo e ao questionar os componentes ideológicos existentes por trás de suas finalidades e objetivos⁴.

Um dado interessante é que essa visão ficou imutável, e consensual, desde a época do lançamento do projeto até as leituras e posicionamentos realizados em início de 2007.

Cassol (2005), da Unisinos, ressalta que as pressões dos órgãos internacionais ditam as regras para as políticas sociais que são cegamente adotadas pelos governos. Para ele, Projetos como o Amigos da Escola acabam “estuprando a pedagogia, como se, em se tratando de educação, todos podem *meter a colher*”.

Ao analisar as convergências entre as propostas do Banco Mundial e as ações do governo brasileiro na área da educação, Altmann (2002), da Universidade Federal de Minas Gerais, ressalta que a participação da comunidade na escola pode trazer inúmeras contribuições, no entanto, a transferência para ela de responsabilidades do Estado mostra o quanto este tem-se eximido de suas responsabilidades sociais.

A transferência de responsabilidades é um dos aspectos mais marcantes e consensuais entre os textos analisados. Em entrevista concedida durante a segunda edição do Fórum Social Mundial, em 2002, Azevedo (2002), ex-reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, afirmou “já existem embriões de privatização, como o Amigos da Escola”, o Estado “pode até pagar professores, construir prédios, mas repassa a manutenção e o custeio educativo para a comunidade”.

⁴. Cunha (2004), Figueiredo (2003), Martins (2002), Ribeiro (2002) e Silva (2006).

Complementando essa posição de Azevedo, Schugurensky (2002), Ph. D. em estudos de política educacional, faz uma distinção: “uma coisa é a participação ativa dos pais, no currículo, no aprendizado, nos objetivos da escola. Outra é transferir os custos de financiamento do sistema educativo para a comunidade”.

Angotti (2000), professora-doutora da Unesp, Campus Araraquara, escreveu dois artigos sobre o Projeto, mostrando que a desresponsabilização do Estado assume forma concreta, na medida em que está deixando de assumir a construção e manutenção das escolas públicas, bem como de prover investimentos nas áreas de formação e contratação de profissionais para atuarem no nível da docência e no nível técnico administrativo.

Andrioli (2002), doutorando na Universidade de Osnabrück (Alemanha), elencou uma série de conseqüências diretas das políticas neoliberais, sendo uma delas o repasse da responsabilidade dos órfãos do Estado à sociedade civil, por meio de projetos como Amigos da Escola. Oliveira (2003), professora-doutora da Unesp, também ressalta o afastamento do Estado das suas responsabilidades.

Nesta mesma ótica, Luft e Corsetti (2005), ambos da Unisinos, afirmam que a desresponsabilização do Estado fica visível no Projeto Amigos da Escola e se camufla no discurso da descentralização, via municipalização ou prefeiturização do Ensino Fundamental.

Pedro Demo (2003, p. 191-192), professor titular da Universidade de Brasília, a nosso entender, sintetiza a visão dos pesquisadores e professores universitários aqui analisados ao afirmar que embora não se possa fazer generalizações, as pesquisas “insinuam fortemente política social farsante”, não somente por parte do governo, mas também de uma empresa de comunicação que, “apregando a tese do voluntariado, veste-se de roupagem farsante da responsabilidade social”.

Diante do lançamento do Projeto Amigos da Escola, Arroyo (2000, p. 22-23), professor titular da Universidade de Federal de Minas Gerais, se posiciona de forma contundentemente ao afirmar:

“O direito à educação nunca será garantido por um clube de amigos. Já temos amigos e amigas da cultura, de animais de estimação ameaçados, de crianças de rua, de órfãos e agora a mídia e os governos lançam a Campanha Amigos da Escola; mais um capítulo de nossa longa história, de sua descaracterização. A educação escolar tratada como uma terra vazia, sem cerca, facilmente

invadida por aventureiros ou por amigos. Mui amigos! Qualquer um entende, palpita sobre a Escola, aceita ser professor (a) ou gestor de educação”.

Arroyo (2000, p. 22) também destaca e reafirma a centralidade dos professores e seu caráter insubstituível na relação ensino-aprendizagem, ao destacar que estamos em um momento de “reafirmação da dimensão de trabalhador qualificado, senhor de um saber de ofício, um mestre nas artes de ensinar e educar, insubstituível, resistindo às ameaças de sua descaracterização”.

Um outro elemento consensual entre os textos analisados é o caráter sistêmico e despolitizador da participação dos cidadãos na medida em que a atuação dos voluntários passa a situar-se na areia das ações cívicas, solidária e assistencialistas.

Rossi (2001), do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Unicamp, analisa o Projeto Amigos da Escola enquanto estratégia de transformação da participação, discurso democrático de longa data, em um dos pilares mais conservadores da racionalidade técnica e instrumental, contribuindo para a despolitização das práticas de gestão escolar nas escolas públicas. Nesta mesma ótica, Krawczyk (2003), da Faculdade de Educação da Unicamp, ressalta que em alguns casos os diretores começam a identificar os pais que compõem o “conselho escolar” como amigos da escola e não como representantes de sujeitos coletivos na gestão escolar. Aqui convém mencionar o trabalho de Maranhão (2001) que vê na participação dos voluntários a formação de ‘consumidores cativos’ e de promotores de vendas dos produtos midiáticos da Rede Globo de Televisão.

Zibas (2005), pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, destaca a distorção do apelo à cidadania, invocando ao trabalho voluntário dos pais e outros membros do entorno social em substituição da ação do Estado. Aliás, em outros estudos, Zibas et al. (2005) destaca que nas escolas do Ceará está muito difundida a figura do “amigo da escola”, ou seja, o voluntário que trabalha gratuitamente em diversas áreas, inclusive dando aula de algumas disciplinas quando há falta do professor.

Fernandes (2003), professor-doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, diante das conseqüências do Projeto Amigos da Escola, assumiu uma postura política mais acalorada ao afirmar que gostaria de ser declarado “inimigo da escola” porque desconfia “da boa intenção dos governantes e empresas de comunicação que querem ver a população na mais aviltante miséria, trabalhando de graça, vivendo do

clientelismo de políticos corruptos e reproduzindo a lógica perversa de que são as boas ações individuais que salvam o mundo”.

O Projeto Amigos da Escola também é analisado como uma estratégia para limitar os espaços, mecanismos e instrumentos democráticos conquistados na gestão da Escola. Como exemplo, Bastos (2004), da Universidade Federal Fluminense, aponta que o desmonte dos serviços públicos e a valorização da escola privada comprometem algumas conquistas contempladas na Constituição Cidadã de 1988. O autor ressalta que, apesar das conquistas do movimento pela gestão democrática, existem retrocessos na medida em que “governos neoliberais” entendem a participação popular restrita a projetos como o Amigos da Escola.

Em entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim, em 2007, Saviani, professor titular da Unicamp, explicou que a “demissão do Estado” da educação aconteceu durante o governo do Fernando Henrique Cardoso por meio do apelo à sociedade, ao voluntariado na escola, ao repassar à sociedade a responsabilidade pela educação.

De acordo com Saviani, o MEC difundiu que

“os problemas da educação deveriam ser resolvidos pela participação da sociedade e com isso veio uma espécie de demissão do Estado. Ao apelar-se para a sociedade introduziu-se a idéia de filantropia, de que as empresas e os cidadãos pudessem dar sua cota de colaboração voluntariamente. Introduziu-se a idéia de voluntariado. Daí o programa Amigos da Escola que dizia que a escola tem necessidade disso e aquilo, você tem uma maquina de escrever sobrando? Doe para a escola. Você sabe matemática, tem tempo disponível? Dê aulas de reforço”

Para esse autor, “essa visão retorna ao século XVI, quando a escola era questão de caridade pública”.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo apresentamos ao leitor uma revisão abrangente das principais reações ao Projeto Amigos da Escola. Neste ponto, porém, devemos questionar: mas qual é a saída? Como resolver os problemas que dificultam a existência de uma escola pública, gratuita e de boa qualidade? Como vencer os impasses denunciados pelas críticas anteriormente destacadas?

Os posicionamentos analisados são consensuais ao apontar que uma forma de resolver esses dilemas é enveredarmos na direção de uma luta política para mudar a situação da educação no país.

Nessa perspectiva, para Gadotti (2002), professor titular da Universidade de São Paulo e Diretor Geral do Instituto Paulo Freire, os verdadeiros amigos da escola são aqueles que vão até Brasília para defender a inclusão dos 10% do orçamento da União para a educação. Como declara esse autor, podemos ser a favor de todos os amigos da escola, mas é preciso antes distinguir “quem são os verdadeiros amigos da escola”.

Ou seja, Gadotti (id.) não é contra a responsabilidade social das empresas nem os empresários do Terceiro Setor, mas ele acredita que esses agentes devem fazer muito mais do que marketing, uma vez que “não é doando coisas que vai melhorar a escola pública, mas interferindo nas políticas do Estado”.

Sob o mesmo raciocínio, da dimensão política da participação, Demo (2003, p. 192), professor titular da UnB, afirma “autênticos ‘amigos da escola’ seriam cidadãos que se organizam para exercer controle democrático sobre o Estado, no sentido de que a oferta pública de educação tenha a devida qualidade”.

Para Demo (idem.), também não se pode condenar que as empresas descubram sua “responsabilidade social”, nem que motivem o voluntariado, mas ele considera “artimanha liberar o Estado de suas funções constitucionais, enquanto se alardeia a superioridade da iniciativa privada, obscurecendo a usina central da miséria da qual a empresa capitalista faz parte”.

Para encerrar, uma visão geral do que discutimos aqui, mantendo um discurso mais acadêmico ou mais passional, todos os textos analisados caracterizam-se por uma postura política de questionamento e denúncia das políticas estatais que atingem o sistema educacional brasileiro.

A partir de certezas resultantes da compreensão da realidade, o discurso dos professores universitários e pesquisadores são consensuais ao apontar que as ações de caráter neoliberal são contrárias à garantia do direito à educação de qualidade para todos e aos interesses dos setores socialmente excluídos.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. In *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, 2002.

ANDRIOLI, Antônio. *As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo*, 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/13andrioli.htm>> (acessado em 01/02/03).

ANFOPE. Moções – Anfope, 2001. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/formac/anfopecuritiba.htm>> (acessado em 01/02/03).

ANGOTTI, Maristela. *Voluntários na educação: inimigos da escola*, 1999. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/artigos/pedagogia/0002>> (acessado em 02/02/03).

_____. Voluntários na escola: inimigos da educação 2 – a indignação continua. *Tribuna Imprensa*, Araraquara, 04, 2000. Disponível em: <<http://www.umc.br/amigosdaescola/>>

AZEVEDO, José. Entrevista. In: Ragel, Lia & Savazoni, Rodrigo (entrevistadoras) *Uma conversa sobre “a educação que não queremos”*, 2002. Disponível em: <<http://www.emcrise.com.br/entrevistas/entazevedo.htm>> (acessado em 01/02/05).

BANCO MUNDIAL. *O Estado num mundo em transformação*. Washington, 1997.

BASTOS, João. *Participação e cotidiano escolar*, 2004. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/ImprimirArtigo.asp?ID=3187>> (acessado em 01/02/05).

BOSNICH, Gislene. *Trabalho voluntário versus desemprego*, 2003. Disponível em: <<http://www.nova-e.inf.br/gislene/militante.htm>> (acessado em 01/02/03).

BRAGA, Ana Cláudia. *A questão da participação no projeto Amigos da Escola: A realidade do discurso e o discurso da realidade*. Marília, 2002. Monografia (Conclusão de Curso – Pedagogia), Universidade Estadual Paulista-Campus Marília.

CALDERON, Adolfo Ignacio. Participação Popular: Uma abordagem na lógica da função governativa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 4, p. 28-39, 1995.

_____. *Democracia local e participação popular*. São Paulo: Cortez, 2000.

CALDERON, Adolfo & MARIM, Vlademir. Participação Popular. A escola como alvo do terceiro setor. In: Donaldo Belo de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria (orgs.) *Desafios da educação municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Educação e Políticas Públicas: Os Conselhos Municipais em Questão. *Teias - Revista da Faculdade de Educação da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 7, 2002.

CAPED-UNESP. *Amigo da escola. Inimigo da educação*, 2000. Disponível em: <<http://www.caped.hpg.ig.com.br>> (acessado em 02/02/03).

CARVALHO, Marlei. Gestão democrática. *Os desafios da prática*, 2003. Disponível em <<http://www.app.com.br/>> (acessado em 01/02/03).

CASSOL, Claudinei. Identidade e autonomia. Utopias necessárias à escola pública. In Pesquisa em Ciências Humanas, URI, v.1, n.1, p. 49-65, 2005.

COSTA, Viegas. *Amigos da escola*, 2003. Disponível em <<http://www.abarata.com.br/>> (acessado em 01/02/03).

CUNHA, Elizama Rodrigue da. Redes, tramas e laços: o voluntariado amigos da escola. Natal, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte..

FERNANDES, Manoel. *Amigos da Escola*, 2003. Disponível em: <<http://geosfera.vilabol.uol.com.br/index.html>> (acessado em 01/02/03).

FERREIRA, José Ibiapiano. *Participação ou desresponsabilização*, 2000. Disponível em: <<http://www.eeepesp.hpg.ig.com.br/>> (acessado em 02/02/03).

FIGUEIREDO, Maria Adélia. *A presença do voluntário na escola: o que muda? Um estudo sobre duas escolas públicas no distrito federal e o Projeto Amigos da escola*. Brasília, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília.

GADOTTI, Moacir. Sessão de perguntas e respostas. Conferência intitulada Educação e Desigualdade Social, 2002. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/imagens/upload/conferencias/45.rtf>> (acessado em 01/02/03).

GONÇALVES, Luiz Carlos. *Amigos da Onça*, 2003. Disponível em: <http://divipoint.com/noalvo/noalvo_amigos.htm> (acessado em 01/02/03).

INFORMANDES. Fórum da Escola Pública realiza XXIII Sessão. *InformAndes*, Brasília, n. 106, julho de 2001.

KRAWCZYK, Nora. A escola média: um espaço sem consenso. In Cadernos de Pesquisa, n. 120, p. 169-202, 2003.

LINHARES, Leda. *Amigos da Escola!? Quem são os inimigos?*, 2003. Disponível em: <http://www.sintese-se.com.br/educacao/amigos_escola.htm> (acessado em 01/02/03).

LUFT, C. & CORSETTI, B. Políticas educacionais em tempos neoliberais. O econômico definindo o pedagógico. In Série Pesquisa, URI, v. 3, p. 38-48, 2005.

MARANHÃO, Helena. *Das 'reinações globais' no 'público': notas sobre o Projeto Amigos da Escola*, 2001. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/das_reinações_globais.asp> (acessado em 01/02/03).

MARTINS BÜHRER, Clícia. *Projeto Amigos da escola: Os sentidos das articulações possíveis entre escola e comunidade*. Ponta Grossa, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MITRULIS, Eleny. Ensaio de inovação no Ensino Médio. In *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 217-244, 2002.

MOVIMENTO RUPTURA SOCIALISTA. *Cartilha para formação de grêmios estudantis*, 2004. Disponível em: <<http://www.umc.br/amigosdaescola>> (acessado em 01/02/04).

OLIVEIRA, Paula. *Questões de (de)formação: da política educacional à sala de aula*, 2003. Disponível em <<http://www.órbita.starmedia.com/outraspalavras/edito3.htm>> (acessado em 01/02/05).

PEREIRA, Patrícia. *Amigos ou inimigos da escola*, 2001. Disponível em: www.uol.com.br/diariodovale/arquivo/2001/setembro/10/page/fr-cidade.htm (acessado em 02/02/03).

RIBEIRO, Gilmar. *Amigos da Escola? Riscos e Limites da Ação do Voluntariado na Educação Pública*. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

ROSSI, Vera Lúcia Sabongi de. Desafios à escola pública: tomar em suas mãos seu próprio destino. In *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, 2001.

ROSSIGNOLI, Walter. *Amigos da Escola*, 2003. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/coluna_livre/id140903.htm> (acessado em 01/02/05).

SAVIANI, Dermeval. Fracasso das escolas estaduais de SP é culpa dos Tucanos. Entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim, Site *Conversa Afiada*. Disponível em: http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/419001-419500/419055/419055_1.html 05/03/2007.

SCHUGURENSKY, Daniel. In: Ragel, Lia & Savazoni, Rodrigo (entrevistadoras) *Uma conversa sobre "a educação que não queremos"*, 2002. Disponível em: <<http://www.emcrise.com.br/entrevistas/entazevedo.htm>> (acessado em 01/02/05).

SILVA, Luvia Bezerra. *Voluntariado e ensino público: um estudo do caso do Programa Amigos da Escola no município de Buíque-PE*. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco.

TEIXEIRA, Cremilda. *Inimigo da escola*, 2001a. Disponível em:
<http://www.geocities.com/napa_org/> (acessado em 01/02/03).

_____. *Cadê os amigos da escola?*, 2001b. Disponível em:
<http://www.geocities.com/napa_org/> (acessado em 01/02/03).

ZIBAS, Dagmar. A Reforma do Ensino Médio no Ceará e suas contradições. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35. n. 124, p. 201-226, 2005.

_____. Refundar o Ensino Médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. In *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1067-1086, 2005.

ZIBAS, Dagmar M. et al. O protagonismo de alunos e pais no Ensino Médio brasileiro. In *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (1), Universidade do Minho, 2005.